

**39º. Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em
Ciências Sociais (ANPOCS)**

**AREA: GT11 Democracia na América Latina: política, cultura,
sociedade**

**Os governos progressistas no Cone Sul:
semelhanças e diferenças ideológicas**

Teresa Cristina Schneider Marques (PUCRS)

Augusto Neftali Corte de Oliveira (FEE)

Caxambu-MG

2015

39º. Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS)

AREA: GT11 Democracia na América Latina: política, cultura, sociedade

ResumoID: 2464-1

OS GOVERNOS PROGRESSISTAS NO CONE SUL: semelhanças e diferenças ideológicas

Teresa Cristina Schneider Marques (PUCRS)¹

Augusto Neftali Corte de Oliveira (FEE)²

Resumo: Nos últimos quinze anos, a América Latina passou por uma verdadeira transformação política a partir da eleição de presidentes considerados progressistas. Entre os países nos quais se verifica essa transformação, destacamos os países do Cone Sul que passaram por regimes autoritários ao longo do século XX: Chile, Brasil, Argentina e Uruguai. Este fenômeno eleitoral e as políticas adotadas pelos novos governos reascenderam o debate sobre os limites das mudanças políticas e econômicas compatíveis com a democracia liberal. Uma discussão importante na literatura da Ciência Política procura identificar nestas experiências suas características ideológicas e programáticas, em antagonismo a práticas consideradas populistas e clientelistas. A pesquisa contribui com esta discussão a partir da análise de 13 programas de governo dos 4 países da América Latina acima referidos. São identificadas as principais iniciativas de políticas econômicas propostas pelas candidaturas presidenciais, revelando as similitudes e diferenças ideológicas que existem entre elas. Desta forma, a pesquisa revela que existem padrões ideológicos entre os presidentes progressistas da América Latina.

Palavras-chaves: Democracia, ideologia, Cone Sul.

1. Introdução

No curso dos últimos quinze anos, a América Latina passou por uma verdadeira transformação política a partir da eleição de presidentes considerados progressistas, cujo passado político foi marcado pela militância política de esquerda. A própria inserção de um número considerável dos militantes de esquerda perseguidos pelos regimes autoritários durante as décadas de 1970 nos atuais sistemas democráticos da região, evidencia as transformações políticas, ideológicas e táticas da esquerda latino-americana.

¹ Doutora em Ciência Política (UFRGS). Professora do programa de pós-graduação em Ciências Sociais Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: teresa.marques@pucrs.br

² Doutor em Ciência Política (UFRGS). Pesquisador em Ciência Política da Fundação de Economia e Estatística do estado do Rio Grande do Sul (FEE/RS) e professor do curso de graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: augusto.oliveira@fee.tche.br

Entre os militantes que se inseriram no processo democrático por intermédio da atuação política e partidária, o passado em organizações clandestinas que combateram os regimes militares – armadas ou não – passou a ser reivindicado apenas como um “trunfo” a ser utilizado nos combates eleitorais, nos quais a democracia é apresentada como o principal valor a ser defendido.

A eleição desses ex-militantes para os cargos executivos aponta que trata-se de um fenômeno eleitoral regional. Assim, no Brasil, observamos esse fenômeno com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002, ex-líder sindical. Em 2011, a eleição de Dilma Rousseff (PT), cuja atuação política teve início na clandestinidade durante a ditadura militar reafirmou a força dessa tendência no país. Essa transformação é notável não apenas entre os ex-militantes de esquerda brasileiros. No Chile, a eleição de Michelle Bachelet em 2006, ex-militante da Juventude Socialista do Chile, marca essa mudança de posicionamento, que foi notada também na Argentina. Por fim, no Uruguai, merecem destaque as vitórias eleitorais de dois candidatos da Frente Ampla de esquerda - Tabaré Vasquez em 2004 e José Mujica, ex-integrante do Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros) em 2010. Assim, é notável não apenas a inserção de ex-militantes do período no processo político pós-redemocratização que todos os países do Cone Sul, como também as suas vitórias eleitorais. Diante disso, a presente proposta de artigo destaca os países nos quais se verifica essa transformação, a saber: Brasil, Chile, Uruguai e Argentina.

Para tanto, a pesquisa em andamento está dividida na análise de dois momentos dessa “geração” política: um primeiro momento enquanto oposição clandestina ao regime autoritário, com o objetivo de compreender quais características permitem considerar os militantes das esquerdas que emergiram no período enquanto uma “geração”. Assim, objetiva-se verificar seu repertório de ação e reivindicações durante os regimes autoritários. Em um segundo momento, abordamos essa geração de militantes inseridos em regimes democráticos. Assim, a pesquisa considerou todos os programas de governo lançados em candidaturas encabeçadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, os programas lançados pela coligação Concertacion de Partidos por la Democracia, no Chile, os da Frente para la Victoria na Argentina e, por fim, os programas de governo lançados a partir de 1999 pelo Frente Amplio do Uruguai.

Este fenômeno eleitoral e as políticas adotadas pelos novos governos reascenderam o debate sobre os limites das mudanças políticas e econômicas compatíveis com a democracia liberal. Nesse sentido, parece interessante verificar o binômio “prometer e cumprir promessas eleitorais”. Para que ele torne as eleições significativas do ponto de vista da ação política, é necessário que haja uma coerência entre esses dois momentos. No momento de prometer, eleições significativas são aquelas nas quais os eleitores podem escolher entre alternativas ideologicamente diferentes e historicamente consistentes. Isto é possível quando as candidaturas preservam as distinções ideológicas que visam atrair uma parcela majoritária do eleitorado, mas ao mesmo tempo, devem se manter consistentes com suas histórias, suas imagens no passado, muitas vezes utilizadas enquanto “trunfos” políticos nos combates eleitorais.

Uma discussão importante na literatura da Ciência Política procura identificar nestas experiências suas características ideológicas e programáticas, em antagonismo a práticas consideradas populistas e clientelistas. Algumas análises ressaltam o compromisso dos presidentes eleitos com os setores populares de seus países, no que seriam iniciativas de construção e expansão de políticas de bem-estar social aproximáveis das experiências de governos socialdemocratas nas democracias consolidadas. Outras, a partir das histórias políticas locais, identificam práticas populistas, de hipertrofia do poder executivo e valorização da liderança personalista baseada em políticas redistributivas/compensatórias, incompatíveis com a expansão da cidadania política e da autonomia econômica.

A pesquisa contribui com esta discussão a partir da análise de 13 programas de governo de 4 países da América Latina, cobrindo todos os casos acima referidos. São identificadas as principais iniciativas de políticas econômicas propostas pelas candidaturas presidenciais, revelando as similitudes e diferenças ideológicas que existem entre elas. Desta forma, a pesquisa revela que existem padrões ideológicos entre os presidentes progressistas da América Latina. Mesmo que não possa ser descartada a existência de mecanismos populistas ou clientelistas, estas experiências articulam um discurso sobre políticas públicas com consistência ideológica ou programática.

Quais relações podem ser traçadas entre este conteúdo ideológico e a trajetória pessoal dos presidentes progressistas do Cone Sul? As interpretações sobre as democracias ocidentais contemporâneas buscaram afastar todo conteúdo personalizado da

representação política. Não obstante, o papel da liderança pessoal tem se tornado mais relevante mesmo nos regimes parlamentares – nos quais os partidos surgem como condutores da política nacional. A virtual disputa entre os líderes partidários como *candidatos* ao cargo de Primeiro Ministro (Chefe de Governo) tem ganhado grande peso político e importância eleitoral. Este fenômeno, que pode ser chamado de presidencialização dos regimes parlamentares (POGUNTKE E WEBB, 2007), é constatado nas democracias da Alemanha e da Grã-Bretanha, por exemplo.

Ao tratar desta relação intrincada entre o elemento pessoal e programático da representação política, GAUCHET (2010, p. 622) observa o fortalecimento do papel pessoal nas eleições e no governo e mesmo as reformas da Va. República na França como inovações positivas no funcionamento da representação democrática. Para o autor, o exercício individual do poder é capaz de criar uma dupla garantia para a identificação dos cidadãos com seus representantes. Assim, não apenas o conteúdo programático ou ideológico das campanhas eleitorais impacta sobre o animus da representação política, mas a conexão entre a cidadania e o exercício da política também recorre ao elemento pessoal de quem incorpora este programa.

Atualmente, no Brasil, este debate ganha corpo por meio da discussão do “lulismo” (SINGER, 2012). Na abordagem mais modesta desta pesquisa, busca-se apreender esta dupla dimensão da representação política, a partir da trajetória dos líderes e das agremiações no processo de redemocratização de seus países e das ideias programáticas que lançaram ao longo das sucessivas eleições.

2. Os regimes autoritários do Cone Sul e o início da trajetória de uma “geração à esquerda”

As décadas de 1960 e 1970 no Cone Sul ficaram marcadas pela emergência de regimes autoritários na região. A ampla institucionalização dos militares enquanto atores políticos, o fechamento dos canais de participação política e o estabelecimento de estruturas repressivas que se tornaram transnacionais são características compartilhadas pelos regimes militares que se instalaram no Brasil, na Argentina, no Uruguai e no Chile durante as décadas de 1960 e 1970.

No Brasil, os militares chegaram ao poder após um golpe de estado que derrubou o João Goulart do Partido Trabalhista (PTB), eleito democraticamente como vice do seu antecessor, Jânio Quadros. Muito embora os militares tenham tido a intenção de manter um caráter “civil e democrático” ao regime ao manter a competição partidária – ainda que extremamente limitada pelo o estabelecimento do sistema bipartidarista –, os governos civis-militares brasileiros ficaram marcados pela intolerância à oposição e à violência empregada pelo Estado em favor da manutenção do status quo (ALVES, 2005).

Na Argentina, por sua vez, o processo teve início em 28 de junho de 1966, com a “Revolução Argentina”, que sob a liderança do general Onganía, derrubou o governo de Arturo Illia (COMBLIN, 1980). A partir de então, os militares se fortaleceram enquanto corporação, com a intenção de se consolidarem enquanto “ator tutelar do cenário político”, segundo Marcelo Sain (SAIN, 2000, p.21). Porém, foi 1976 que esse objetivo foi alcançado, quando a junta militar assumiu o governo e instalou uma ditadura que ficou marcada pela ampla utilização de estruturas estatais para estabelecer o chamado “Terrorismo de Estado” (SAIN, 2000, p.22).

No Uruguai, a onda de autoritarismo começou antes da efetivação de um golpe de Estado. A chegada ao poder de Pacheco Areco em 1967 representou um endurecimento do regime. Areco, ao declarar “guerra aos comunistas” através da efetivação das chamadas “medidas de seguridad”, restringiu sobremaneira os canais de participação democráticos. De acordo com Selva López Chirico, em 1968 o Estado Uruguaio se transformou em uma “Ditadura Constitucional”. (LÓPEZ CHIRICO, 1985, p. 145-147). Porém, foi a partir de 27 de junho de 1973 que os militares instauraram a ditadura no país, rompendo com um afastamento que a instituição militar tradicionalmente mantinha da política uruguaia.

A breve revisão das principais características dos regimes autoritários em estudo nesse artigo nos permite apontar que eles compartilharam a adoção da interdição total como forma de controle da oposição (TILLY, TARROW, 2008, p.110). Isto é, a tolerância à oposição, entendida por Robert Dahl enquanto um dos pressupostos básicos da democracia (DAHL, 1997, p.25). Isso fica claro com os diversos estudos que verificam que demonstram que nos países em estudo, a oposição se via impedida de se organizar de forma aberta e legal em partidos políticos e de compor oposição ao governo em eleições livres e idôneas. Além disso, tais regimes impor barreiras adicionais à mobilização, pois

além de fechar os canais de participação política, criou, controlou e cooptou especialistas em violência voltados para a repressão da oposição, como ficou claro com as evidências acerca da Operação Condor (Cf. TILLY, 1996, p. 231-232). Esse quadro político-institucional autoritário causou centenas de vítimas além de ter incentivado e/ou forçado a saída de milhares militantes do Cone Sul.

Para Tilly, há uma tendência para que a limitação das estruturas de oportunidades através da restrição dos direitos políticos force a oposição a aderir *conflito transgressivo* (TILLY, TARROW, 2008, p.111). Segundo o sociólogo político, pode-se definir transgressão enquanto “um desafio lançado ao regime, suas instituições e suas leis” (TILLY, TARROW, 2008, p. 112).

Os atores políticos que compuseram os partidos que lideravam as candidaturas analisadas neste artigo, iniciaram sua atuação política nessas condições limitadas pelo caráter autoritário dos regimes dos seus países de origem. Para Eliana Reis, o momento de entrada na militância é fundamental para a compreensão da trajetória dos políticos, uma vez que esse momento, assim como outras etapas importantes como as “saídas” ajudam a definir alianças e alinhamentos (HIRSCHMAN, 1977). Tais processo podem ajudar a compreender as estratégias dos atores para atribuir “coerência” às suas trajetórias políticas (REIS, 2007, p.158).

No caso da esquerda armada que emergiu no Cone Sul no período, a impossibilidade de atuar politicamente pelas vias legais apontou o caminho da transgressão dos limites estabelecidos pelo regime para atuar enquanto oposição. No caso brasileiro tal postura ficou clara com o registro do rompimento da esquerda com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista (PC). O fato de serem considerados excessivamente reformistas pelos jovens que iniciaram a militância após 1964 é apontado como uma das causas desse rompimento (ROLLEMBERG, 1999, p.57). No Uruguai, verifica-se o fortalecimento do grupo guerrilheiro Movimiento de Liberación Nacional, conhecidos como Tupamaros, adeptos da guerrilha urbana. No Chile, movimentos esquerdistas foram empurrados para a clandestinidade após o golpe de 1973, assim como na Argentina, intensificando a violência do confronto político.

Porém, não basta a compreensão do contexto interno desses países. Avaliamos que para compreender as formas de ação adotadas pela esquerda clandestina que emergiu

no Cone Sul, é importante a compreensão do contexto global. A polarização ideológica estabelecida pela guerra fria e o sucesso de processo revolucionários armados, como destaque para a Revolução Cubana, incentivavam os militantes de esquerda na América do Sul a aderirem a via revolucionária.

Contudo, é importante destacar que não há um único repertório de ação compartilhado pelas esquerdas no período, uma vez que tais organização eram marcadas pelos embates teóricos e táticos. Todavia, é possível verificar entre as *performances* que compunham o repertório de ação da esquerda latino-americana, o compartilhamento de algumas performances adotadas pelos novos movimentos de esquerda que emergiram em outros continentes, sobretudo na Europa. A guerrilha urbana – que marcara a “nova esquerda dissidente”, ou “*gauche prolétaire*” na França e a “*New left*” nos Estados Unidos – pode ser destacada (ARAÚJO, 2000:291).

Se com relação à estratégia de ação a esquerda se dividia, segundo Daniel Aarão Reis, com relação às reivindicações, é possível verificar comuns partilhados por toda a esquerda brasileira que também podem ser observados entre os grupos de esquerda que emergiram no período no restante da América Latina. Esses pontos estavam ligados à realização da Revolução e à derrubada dos regimes autoritários, processos vistos como condição para o estabelecimento de igualdade de condições políticas, sociais, econômicas e culturais à população em geral (REIS FILHO, 2008, p.36). Portanto, havia um consenso com relação à visão do caráter imperialista e elitista dos regimes ditatoriais do Cone Sul.

Assim, percebe-se que os latino-americanos compartilharam vários eventos históricos: regimes autoritários, repressão, migrações forçadas, processos de redemocratização fazem parte da trajetória dos militantes de esquerda que ingressaram na militância política durante as décadas de 1960 e 1970. Para Sirinelli, a identificação de um grupo de indivíduos ou de uma parcela da população enquanto uma geração, deriva do fato desses atores serem marcados por um ou vários eventos com efetiva importância social, cultural ou política (SIRINELLI, 2003).

Dessa forma, entendemos que os latino-americanos que iniciaram a militância enquanto opositores aos regimes militares autoritários compõem uma mesma geração de militantes, cujo ingresso no confronto político foi marcado pela luta em favor do socialismo.

Porém, diante da derrota do projeto revolucionário e com os processos de redemocratização, foi preciso adequar as reivindicações aos novos quadros institucionais e ao novo contexto global, marcado pela valorização da democracia e dos direitos humanos (MARQUES, 2011). Durante a década de 1970, a “luta por direitos” os levou à adesão da democracia, segundo Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer (SANTOS, AVRITZER, 2002, p.56). Diante da reabertura dos canais institucionais de participação, os militantes outrora revolucionários aderiram ao jogo político democrático. Assim, muitos dos novos partidos de esquerda foram compostos pela esquerda que ingressado na militância na luta em oposição ao regime militar.

Para tanto, segundo Eliana Reis, foi preciso atualizar a cada processo eleitoral as práticas, valores e relações estabelecidas durante o período de exceção em seus países.

Os principais personagens da contestação ao “regime militar” retiraram trunfos para a sua atuação posterior da capacidade (desigual) de ligarem-se à uma ideia de “geração” e sobretudo, à defesa de um dos principais valores compartilhados entre eles, mas também entre “adversários da direita” e “herdeiros da esquerda”, qual seja o de “democracia”. [...]. A capitalização desses “trunfos” está associada à reinvenção da excepcionalidade de suas condições inaugurais e excepcionais de aquisição. (REIS, 2007, p.286).

Para a autora, essa atualização se faz necessária para sedimentar o “pertecimento geracional” que confere um capital político aos atores nos processos eleitorais e ao mesmo tempo, garantir coerência à trajetória política dos atores. Essa é uma das dimensões que são avaliadas pelos eleitores, e por isso, visando maximizar os votos e ampliar a identificação do eleitor com o candidato, a dimensão individual não pode ser perdida de vista.

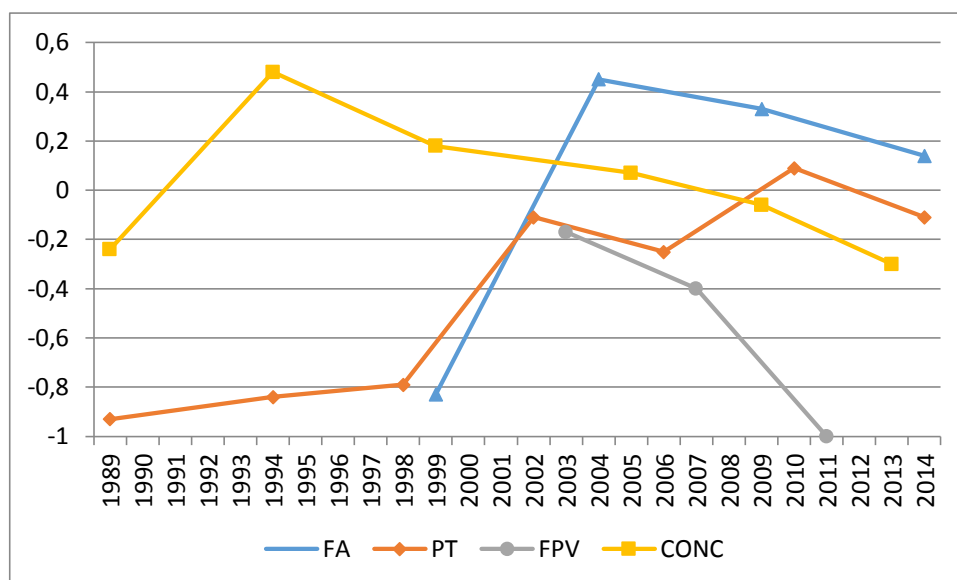
Assim, prosseguimos a análise de conteúdo dos programas de governo das seguintes candidaturas: as encabeçadas pelo PT no Brasil; no Chile, aquelas lançadas pela coligação Concertacion de Partidos por la Democracia; na Argentina, aquelas lançadas pela Frente para la Victoria; e por fim, os programas de governo lançados a partir de 1999 pelo Frente Amplio do Uruguai.

3. Ideias programáticas dos candidatos progressistas no Cone Sul – 1989-2014.

Para apreender as principais noções ideológicas dos programas de governo das candidaturas progressistas às presidências no Cone Sul, utilizou-se uma estratégia de análise de conteúdo (OLIVEIRA, 2015). Foi considerado um conjunto de 56 asserções programáticas, 25 delas apresentando conteúdo de direita e 28 de esquerda. A partir da presença destas ênfases nos programas de governo de cada candidato presidencial, calculou-se o valor ideológico com a seguinte fórmula: $V.Ideo = \frac{\sum_{i=1}^n |D_i|}{(\sum_{i=1}^n |D_i| + \sum_{i=1}^n |E_i|)} - \frac{\sum_{i=1}^n |E_i|}{(\sum_{i=1}^n |D_i| + \sum_{i=1}^n |E_i|)}$, onde “D” corresponde à asserção de direita, “E” à asserção de esquerda e “n” ao total de asserções consideradas em cada campo. O V.Ideo varia entre 1 (máximo de direita) e -1 (máximo de esquerda), sendo o valor zero correspondente ao centro ideológico. Pode-se inferir, assim, que na medida em que os programas de governo aproximam-se dos valores extremos (1 e -1), realiza-se uma tendência de radicalização ideológica. Por outro lado, na medida em que os programas aproximam-se do zero a tendência observável é de moderação ideológica. O conteúdo das asserções, voltadas para questões de política econômica, podem ser conferidas no Apêndice 1.

Na presente pesquisa foram considerados todos os programas de governo lançados em candidaturas encabeçadas pelo PT, no Brasil, os lançadas pela coligação Concertacion de Partidos por la Democracia, no Chile, e pela Frente para la Victoria na Argentina. Também foram considerados os programas de governo lançados a partir de 1999 pelo Frente Amplio do Uruguai. A Figura 1 apresenta a variação no V.IDEO de cada uma destas forças políticas.

Figura 1 – Posicionamento Ideológico (V.IDEO) das Candidaturas Presidenciais Progressistas no Cone Sul – 1989-2014



Elaboração do autor. Fonte: Banco de Asserção Programática. FA – Frente Amplio, Uruguai. PT – Partido dos Trabalhadores, Brasil. FPV – Frente para la Victoria, Argentina. CONC – Concertación de Partidos por la Democracia (Nueva Mayoría para 2014), Chile.

Percebem-se, na figura, quatro diferentes trajetórias. A trajetória do PT (Partido dos Trabalhadores) foi analisada a partir de sua estreia nas eleições presidenciais brasileiras, em 1989. Nas cinco primeiras candidaturas apresentou-se como cabeça de chapa Luiz Inácio Lula da Silva e, nas duas últimas, Dilma Rousseff. Percebe-se nas três primeiras candidaturas presidenciais da agremiação (1989, 1994 e 1998) uma mudança ideológica traçada de uma posição originalmente extremamente à esquerda para posições um pouco mais moderadas. Ainda assim, em 1998, a candidatura petista posicionava-se claramente no campo ideológico da esquerda.

Na eleição de 2002, marcada pela aliança como o Partido Liberal e a cessão da candidatura à vice-presidência ao empresário José Alencar, nota-se uma importante virada ideológica do PT. De uma posição claramente de esquerda, adota uma postura de centro-esquerda. Tal postura moderada, ainda que permaneça no quadrante ideológico esquerdista, denota a adesão da agremiação a valores liberais de política econômica, bem como o abandono de algumas pautas tradicionais da esquerda. Nesta campanha, o PT alcança sua primeira vitória presidencial. Na reeleição de Lula, em 2006, o partido apresenta um programa de governo próximo ao de 2002, com uma tendência levemente mais esquerdista.

Na eleição de 2010, disputada por Dilma Rousseff – primeira experiência de candidatura do PT sem Lula – a agremiação opta pela apresentação de um programa de

governo claramente posicionado no centro ideológico. Inclusive, pela métrica apresentada na presente pesquisa, levemente no campo de direita. Já a candidatura de reeleição de Dilma Rousseff, igualmente bem-sucedida, se comparada com a anterior apresenta um programa de governo novamente de centro-esquerda. Destaque-se, de qualquer forma, que ambos os programas de Dilma Rousseff localizam-se mais próximos do centro (são mais moderados) do que todos os anteriores, inclusive os da eleição e reeleição de Lula.

Em termos de trajetória ideológica ampla, nos 25 anos de candidaturas presidenciais do PT o partido apresentou uma candidatura divisora de águas: a da primeira vitória de 2002. Dando uma velocidade muito maior do que tendência das eleições 1989-1994-1998, em 2002 o partido realiza uma verdadeira transformação ideológico-programática para migrar ao campo da centro-esquerda. Em que pesem as posições mais centristas dos programas de governo de Dilma Rousseff, pode-se argumentar que o partido manteve-se nesta posição de centro-esquerda até 2014.

A Figura 1 também apresenta todas as candidaturas realizadas no Chile pela coligação Concertacion de Partidos por la Democracia e sua sucedânea em 2014, a Nueva Maioria. Ao contrário das coligações presidenciais do PT, em que esta agremiação desempenhou um papel central e organizador, a Concertacion no Chile conta com parceiros mais proporcionais. Inclusive a escolha da candidatura presidencial contou, em diversas ocasiões, com a realização de primárias entre os principais partidos da coalizão: PDC (Partido Demócrata Cristão), PPD (Partido por la Democracia), PS (Partido Socialista) e PRSD (Partido Radical Socialdemocrata). Surgida a partir da campanha vitoriosa do Não no plebiscito de 1988, que negou a continuidade do governo do ditador Pinochet, a coalizão recebeu a adesão integral do PS no decurso de seu primeiro mandato.

Em primeiro lugar, repara-se que em seu ponto inicial (1989) a Concertacion apresenta uma postura mais moderada do que o PT na mesma época. Com um programa de governo que pode ser considerado de centro-esquerda, a coalizão elegeu seu primeiro candidato presidencial – Patricio Aylwin, pelo PDC. A segunda candidatura da Concertacion, em 1994, apresenta um programa de governo claramente de direita na temática econômica. Também encabeçada pelo PDC, a coalizão levou à presidência Eduardo Frei Ruiz-Tagle.

Repara-se que a partir da candidatura de 1994 a Concertacion realizou um gradual e persistente movimento ideológico de retorno a uma posição ideológica de centro-esquerda. Esta tendência pode ser lida em todos os programas de governo compreendidos entre 1999 e 2014. As candidaturas de 1999 e 2005 foram encabeçadas por Ricargo Lagos e Michelle Bachelet. Ambos foram indicados pelo PPD/PS, embora Ricardo Lagos possuísse militância em ambos os partidos e Michelle Bachelet no segundo. Os programas destas duas candidaturas aproximam a Concertacion do centro ideológico, afastando-a da posição de direita da primeira candidatura de Eduardo Frei Ruiz-Tagle.

Mesmo na candidatura de 2009, na qual Eduardo Frei Ruiz-Tagle – novamente indicado pelo PDC – sofreu a primeira derrota da coalizão, repara-se novo movimento ideológico para a esquerda, uma vez que se situa claramente no centro ideológico. A última candidatura da coalizão, agora ampliada e nomeada Nueva Mayoria, relança Michelle Bachelet com um programa de governo de centro-esquerda, recuperando a posição ideológica do início da trajetória da Concertacion. Portanto, em seus 25 anos de eleições presidenciais, a coalizão Concertacion de Partidos por la Democracia/Nueva Mayoria sofreu duas transformações: uma radical, em sua segunda candidatura, com a adoção de uma postura claramente de direita; e outra incremental, a partir deste momento, de recondução ao campo de centro-esquerda no qual havia estreado.

Foram abordados na presente pesquisa os quatro últimos programas de governo do Frente Amplio, relativos às eleições ocorridas entre 1999 e 2014. A história do FA remete à década de 1970, anterior inclusive ao período ditatorial que se estendeu entre 1973 e 1985 e durante o qual atuou na clandestinidade. Ao contrário da Concertacion, coalizão na qual cada agrupamento político mantém sua autonomia, o FA uruguaio apresenta a unidade organizacional de um partido propriamente considerado. Infelizmente, não foi possível localizar os documentos programáticos do FA entre 1984 e 1994.

O programa de governo lançado pelo FA em 1999 encontra-se em uma posição de esquerda estremada, comparável ao programa do PT de 1998. A partir desta posição de esquerda, com a qual é a força mais votada no primeiro turno mas perde no segundo, o FA realiza uma grande transformação ideológica em sua campanha presidencial de 2004. Esta mudança ideológica é a mais saliente de todas as trajetórias dos partidos

progressistas do Cone Sul estudados, levando o FA para uma clara posição de direita no que tange ao conteúdo econômico de seus programas de governo. Assim, de uma eleição para a outra o FA deixa uma posição semelhante à do PT de 1998 para se aproximar da candidatura mais à direita lançada pela Concertacion, em 1994.

Com esta grande transformação ideológica o FA alça à presidência do Uruguai Tabaré Vázquez, que também havia concorrido em 1994 e 1999. Embora tenha permanecido com programas de governo claramente de direitas a partir de 1999, tal qual ocorre com a Concertacion as últimas eleições presidenciais forma disputadas com programas de governo sucessivamente mais esquerdistas. No caso do FA, isto significa que as eleições de José Mujica em 2009 e a nova eleição de Tabaré Vázquez em 2014 ocorreram com programas de governo econômicos de centro-direita.

Por fim, a Figura 1 apresenta a trajetória do Frente para la Victoria, quase-partido argentino sob o qual organizaram-se as candidaturas e os governos de Nestor e Cristina Kirchner. Os três programas analisados mostram uma tendência de de extremação ideológica. Nas eleições de 2003 a FPV apresentou um programa de governo de centro-esquerda, em posição muito parecida com a programa do PT de 2002. Após esta campanha, na qual Nestor Kirchner sagrou-se vencedor (com a renúncia de Carlos Menem no segundo turno), as demais candidaturas mostram uma tendência de radicalização.

As duas eleições seguintes foram disputadas por Cristina Kirchner. Na eleição de 2007 a agremiação adotou um programa levemente mais esquerdista, mas em 2011 todas as propostas de direita – defesas de políticas liberais – foram abandonadas. Pela métrica adotada, tal programa foi considerado como no extremo do esquerdismo. Portanto, considerando os três programas de governo analisados, o FPV realizou uma trajetória de mudança ideológica em direção à extrema-esquerda. A presente pesquisa não tratou do programa de governo das eleições de 2015, ainda não realizadas.

Considerando as tendências de mudanças ideológicas apreendidas, podem ser destacados dois diferentes processos no que tange à relação entre as forças políticas progressistas, suas lideranças e os condicionantes políticos e eleitorais. O primeiro é uma mudança no sentido de desideologização, ou migração para o centro, percebida no Brasil, no Uruguai e no Chile durante os anos 1990 e inícios dos anos 2000. O segundo processo

diz respeito à reversão desta tendência, com a estabilização ideológica em torno do campo de centro. O FPV, na Argentina, parece não coadunar com a tendência observada nos outros países do Cone Sul.

A trajetória realizada pelo PT e pelo FA realça a semelhança de uma estratégia de disputa eleitoral e mudança programática. Disputando a presidência sob as mesmas lideranças em diferentes momentos (Lula em 1989, 1994 e 1998; Tabaré em 1994 e 1999) o PT e o FA realizaram as mais destacadas mudanças ideológicas do Cone Sul em momento muito próximo: na eleição de 2002 para o caso do PT, na de 2004 para o FA. Nestas campanhas ambos os partidos conquistaram a presidência dos respectivos países.

Movimento diferente realizou o setor progressista (PS/PPD) da Concertacion, no Chile. Como notado por OLIVEIRA (2009, 2013), a adesão dos líderes socialistas à Concertacion revelou-se, ao mesmo tempo, uma dimensão de mudança ideológica importante no sentido de adesão a valores liberais na economia e uma adesão ao governo democraticamente eleito após a ditadura de Pinochet. Assim, a mudança ideológica que o PS realizou – de maneira semelhante ao PT e ao FA – realizou-se não na oposição, mas durante o exercício do governo. A viabilização de candidaturas progressistas, especialmente no caso de Bachelet, passou pela incorporação pelos socialistas do programa econômico da Concertación, bastante mais moderado do que o defendido pelas frações do partido durante a transição e nos primeiros anos dos governos da Concertacion.

Chama a atenção, ainda, no período mais recente, que todas as forças progressistas destacadas no Cone Sul realizaram um movimento ideológico em direção a posições mais esquerdistas. O FPV argentino, como posição extremada nas últimas eleições, destaca-se das experiências brasileira, chilena e uruguaia que mantiveram-se em posição próxima do centro. De qualquer maneira, Uruguai e Chile – respectivamente com o FA e a Concertacion/Nueva Mayoria – realizaram nas últimas eleições uma tendência de mudança para a esquerda. Também o PT, embora a primeira eleição de Dilma tenha se realizado com um programa mais centrista do que os de Lula, em sua candidatura à reeleição moveu-se para a esquerda em relação ao primeiro.

4. As promessas dos candidatos progressistas no Cone Sul

Para apresentar, de forma mais concreta, o conteúdo do discurso programático dos candidatos progressistas no Cone Sul e sua transformação ao longo do tempo, pode-se recorrer a algumas propostas específicas como chaves deste discurso. Nesta seção, destaca-se a adesão ou não dos diferentes programas/candidaturas a um conjunto específico de propostas.

4.1 Propostas relativas à tributação

Uma questão em tese relevante para as forças políticas de esquerda diz respeito à tributação, em especial como forma de redistribuição do ingresso social. Foi investigada na pesquisa a existência, em cada programa de governo, da seguinte asserção: “Tributos: mais progressivo, menos regressivo”, que indica uma posição favorável da candidatura a uma estrutura tributária mais equitativa. Tal proposta relaciona-se com a visão de que os estratos sociais mais ricos devem pagar tributos de maneira proporcionalmente mais elevada do que os estratos mais pobres.

Como se poderia esperar, a maior parte dos programas estudados (13 de 20) assume o compromisso com tributos mais progressivos ou menos regressivos. Não obstante, o PT deixa de propor esta medida nas eleições de 2006 e 2014, respectivamente na candidatura de reeleição de Lula e a de Dilma. O FA uruguaio apresenta esta ideia em todos seus programas, com exceção da última candidatura de Tabaré Vázquez em 2014. A FPV da Argentina defende a progressividade da tributação nos dois primeiros programas de governo, mas não no último (candidatura de reeleição de Cristina Kirchner). Já a Concertacion a adotou nas candidaturas de 1989, na de 1999 (Ricardo Lagos) e na última campanha de Bachelet (2014). Portanto, a noção de um sistema tributário mais progressivo é um tema recorrente na política progressista do Cone Sul, embora tenha deixado a pauta nos últimos programas estudados – com exceção da Concertacion/Nueva Mayoria, que retomou o conceito.

4.2 Propostas relativas à regulamentação e flexibilização das regras trabalhistas

Os partidos de esquerda costumam manter relações próximas com o movimento sindical em suas realidades nacionais. O Cone Sul não é exceção, razão pela qual a temática da regulamentação das relações de trabalho tende a ser um ponto de interesse nas campanhas eleitorais. Inobstante, ao longo da década de 1990 a região sofreu pressão

por parte do mercado, como de organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional, para rever e flexibilizar a regulação das relações de trabalho. Apreendendo esta dinâmica, a pesquisa procurou identificar se os programas de governo se comprometiam com “Regulação do mercado trabalho: aumentar, proteção do trabalhador” ou “Regulação do mercado trabalho: flexibilização relações, livre negociação” (respectivamente, uma visão de esquerda e uma de direita sobre o tema).

A visão favorável a aumentar a proteção ao trabalhador, de esquerda, é predominante entre os programas de governo estudados. Todos os programas do PT apresentaram, com exceção das campanhas de eleição de Lula (2002) e de Dilma (2010). Igualmente, todos os programas da Concertacion realizam esta promessa, com exceção do de 1994 (primeira candidatura Frei, do PDC). A proposta também está presente nos programas do FA de 1999 (candidatura derrotada de Tabaré) e 2009 (Mujica). Inobstante, visões favoráveis à alteração das regras trabalhistas são lidas no programa de com o qual Lula se elegeu em 2002 (PT); no programa da candidatura Frei acima referido e na candidatura do FA de 2004, primeira vitória de Tabaré. Estas propostas não foram lidas nos programas de governo argentinos. Tanto PT, FA e Concertacion alteraram propostas de maior segurança e maior flexibilidade do mercado de trabalho. Esta dinâmica indica que a questão, embora importante para os partidos de esquerda do Cone Sul, não possui uma única abordagem.

4.3 Propostas relativas à política de gasto público

Dentro de uma lógica keynesiana, os partidos de esquerda podem optar por utilizar o gasto público para induzir o crescimento econômico, respondendo a uma situação de crise, por exemplo. Por outro lado, em uma lógica próxima do Consenso de Washington, deve-se primar pela disciplina fiscal e redução dos gastos públicos. Para capturar estas a presença destas duas ideias, recorreu-se, respectivamente, aos seguintes dois conceitos: “economia: gasto público, estímulo da demanda em crise” e “economia: redução ou limitação do déficit orçamentário”. Como uma visão mais radical da noção própria do Consenso de Washington, pode-se referir ainda à busca de “superávit orçamentário” e sua negação.

A proposição “redução ou limitação do déficit orçamentária” é lida em todos os programas de governo da Concertación/Nueva Mayoria, sendo que os últimos três (2005,

2009 e 2013) também apresentam concomitantemente a ideia de utilizar o gasto público para incentivar a demanda. Quatro programas do PT apresentam esta noção sobre o uso do gasto público, inclusive o da primeira vitória de Lula (2002) e da segunda de Dilma (2014). Os programas de 2002, 2006 e 2010 também defendem redução ou limitação do déficit orçamentário. Os dois primeiros programas da FPV argentina (2003 e 2007) apresentam ambas as visões conjuntamente. Por fim, no Uruguai, apenas a campanha de Mujica de 2009 defendeu a redução ou limitação do déficit orçamentário (não sendo observada proposta do tipo keynesiana em todo o período). Isto considerado, novamente percebe-se a diversidade das propostas políticas entre os partidos progressistas do Cone Sul.

Não obstante, a forma mais forte da noção ligada ao Consenso de Washington (busca de superávit) só é encontrada nos programas de governo do PT de 2002 e 2014; e nos programas da Concertacion de 1994, 1999 e 2005. A fórmula contrária, rejeição da busca de superávit orçamentário, foi manejada exclusivamente pelo PT em 1989 e pelo FA em 1999.

4.4 Propostas relativas às políticas sociais de saúde e educação

A abordagem dos programas de governo no que concerne às políticas sociais de saúde e educação buscou focar-se no *como*, na implementação destas políticas – e não no eventual compromisso com a melhora ou aumento dos serviços. Esta abordagem reflete a noção de que não interessa apenas o volume de gasto público que determinado governo aplica nos serviços sociais, mas também – e principalmente – como o governo gasta, como as políticas realizam-se na prática (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 99).

Assim, duas proposições foram testadas para cada área de política social. A primeira é uma visão exclusivamente pública da realização da política social, pela qual o programa de governo propõe a exclusão dos serviços privados de educação e/ou saúde. Menos radicalmente, também foi abordada nesta visão a possibilidade de que a candidatura defendesse a restrição, limitação ou regulação dos serviços sociais privados. Estas visões de preponderância das formas públicas de realização dos serviços sociais, por meio da expansão dos aparelhos propriamente estatais, ou da intervenção dos serviços privados foram consideradas visões próximas ao campo ideológico de esquerda. Por outro lado, como proposição própria da direita, observou-se a existência de proposição

favorável à utilização de serviços privados de saúde ou educação. Isto é, caso o programa possua uma visão favorável, busque incentivar ou proponha parceiras, acordos, convênios, com entidades privadas da área da saúde e da educação.

Os programas argentinos, da FPV, mantiveram o silêncio sobre as políticas sociais no período analisado, sendo que há menção do escopo acima caracterizado apenas para o programa de 2003. Neste ano, a agremiação propôs a limitação dos serviços privados de educação.

No Uruguai, o FA em 1999 apresentava uma visão crítica aos serviços privados tanto para a saúde quanto para a educação – embora também apresentasse visão inclusiva dos serviços privados na área da saúde. Mantendo o silêncio sobre a temática em 2004 e 2009, em 2015 a agremiação volta a apresentar uma visão pró-intervenção estatal na política de educação.

A visão contrária à atuação do setor privado na saúde e na educação foi preponderante no PT até 2002. Todos os programas até este ano (em 1989, 1994, 1998 e 2002) criticaram a participação privada na saúde, indo de uma posição bastante radical da exclusão do setor privado até visões de intervenção e regulação na forma pela qual tais serviços são prestados. Também na educação, a visão crítica/intervencionista sobre a iniciativa privada esteve presente nos programas de 1989 e 1994. Abstendo-se de posicionar nos temas em 2006, em 2010 e 2014 (eleições de Dilma Rousseff) o programa do governo apresentou uma visão favorável à participação da iniciativa privada no setor de educação.

No Chile a Concertacion apresentou, ao longo dos anos, uma posição dicotômica: tanto crítica da participação privada nos serviços públicos de saúde e de educação quanto – muitas vezes ao mesmo tempo – favorável a sua utilização. Possível reflexo da estrutura das políticas sociais chilenas do período, nas quais a participação intensiva da iniciativa privada remete às privatizações e políticas de financiamento adotadas durante a ditadura de Pinochet, com a ausência de uma postura extremada em relação à reforma de tal situação.

Assim, em 1989, 1994, 2005 e 2009 a Concertacion realiza posição favorável à participação privada nos serviços de saúde. Por outro lado, em todos os programas de

governo – com exceção do de 1994 (primeira candidatura de Frei, PDC) – a coalizão apresentou propostas de incremento na fiscalização ou necessidade de reforma do sistema de saúde chileno, no que tange à participação privada. A candidatura de Bachelet (PS) em 2014 foi a primeira na qual se encontra apenas disposições de controle e limitação dos serviços privados de saúde, sem ser acompanhada, ao mesmo tempo, por sua defesa. Na área da educação, todos programas da Concertacion durante o período reforçaram a visão positiva sobre a participação privada no setor – com exceção do último programa, de 2014. Já a visão crítica, buscando aumentar a regulação e limitar os serviços privados de educação, lê-se em todos os programas com exceção dos dois primeiros (1989 e 1994). Assim, novamente, o programa de 2014 é o primeiro a apresentar apenas uma visão crítica da participação do setor privado na educação. A temática da política social, portanto, incorpora importante dimensão da mudança ideológica da Concertacion/Nueva Mayoria para o campo da centro-esquerda em 2014.

3. Conclusão

O Cone Sul é um território em que a ideias política do campo progressista estão em constante transformação. Nos quatro países estudados, foram observadas importantes mudanças ideológicas. Brasil e Uruguai compartilham uma trajetória bastante próximas nessas mudanças: os partidos de esquerda destes países, respectivamente o PT e o FA, migraram de posições extremas de esquerda para orbitarem o centro ideológico. No Chile, a Concertacion iniciou sua atuação política em uma posição ideológica mais próxima ao centro, a qual o PS parece ter aderido. Mesmo assim, os socialistas chilenos (em coalizão com o PPD) assumiram a cabeça de chapa em três das últimas quatro candidaturas concertacionistas e em todo o período posterior à candidatura de 1994 a coalizão moveu-se constantemente, embora sem mudanças abruptas, para a esquerda ideológica.

Tais transformações levam a um quadro de semelhança ideológica entre as opções progressistas do Brasil, do Chile e do Uruguai, as quais se mantiveram de 2002 até 2014 dentro da faixa ideológica de centro-direita/centro-esquerda. Por meio do V.IDEO (Figura 1) percebe-se que todos os programas de governo reportados marcaram posições próximas ao período -0,2 e 0,2. Já o FPV, opção partidária argentina das

candidaturas de Nestor e Cristina Kirchner fugiu deste padrão, ao menos até a eleição de 2011, dada uma posição mais extremada na esquerda.

Em que âmbito, concretamente, ocorre a correspondência ideológica das forças progressistas no Cone Sul? Quais propostas específicas são compartilhadas pelo conjunto FA, PT e Concertacion – e ainda pela FPV?

Adotando-se como referência os últimos programas de governo analisados, das 56 ênfases programáticas apenas três estão presentes nos documentos de três ou nos documentos de todos os quatro partidos. A asserção “Economia: intervenção na taxa de câmbio” é destacada pelos quatro últimos programas de governo estudados (PT 2014; FA 2014; Concertacion 2013; e FPV 2011). Considerado que o Consenso de Washington propunha a adoção de câmbio de mercado, a intervenção na taxa de câmbio foi considerada uma ênfase que identificaria postura ideológica de esquerda.

As duas ênfases compartilhadas por três dos últimos quatro programas de governo trabalhados voltam-se, explicitamente, para a gestão da economia. PT, FA e Concertacion manifestam a posição de “Economia: controle da inflação meta da política econômica”. Ou seja, elegem a questão da inflação como um ponto central de sua política econômica – o que, considerando a dicotomia entre crescimento/controle da inflação, é considerada uma ênfase do campo de direita. PT, Concertacion e FPV também ressaltam a visão posta: “economia: controle da inflação meta da política econômica (N) - crescimento econômico”. Ou seja, PT e Conceracion ao mesmo tempo em que fixam o combate à inflação como meta central da política econômica, relativizam este objetivo tendo em vista a necessidade de conquistar certo nível de crescimento econômico.

Para avaliação das semelhanças entre as propostas atualmente defendidas, pode chamar mais atenção aquelas que estão ausentes de todos os últimos programas de governo dos quatro partidos estudados.

No campo da esquerda, algumas ideias deixadas de lado pelas quatro agremiações são as que seguem. As candidaturas deixaram de realizar críticas ao investimento externo direto, ou de propor a regulação dos fluxos do mercado financeiro. Deixaram, também, de propor seja o não pagamento da dívida pública, ou mesmo a auditoria, renegociação ou revisão dos contratos da dívida pública. Deixara ainda de

propor a nacionalização de empresas do setor privado ou as políticas protecionistas, com noções explícitas de substituição de importações. Estas cinco ideias, que já foram presentes dos programas de governo da esquerda do Cone Sul, atualmente estão ausentes. Dessa forma, verifica-se que o passado político vinculado à defesa de transformações mais revolucionárias no campo econômico é utilizado apenas como um “trunfo” durante os processos eleitorais.

Também algumas ênfases do campo de direita deixaram de ser reparadas nos atuais programas de governo. Nenhum dos últimos programas de governo presidenciais defende a adoção de políticas de privatização de empresas de propriedade do Estado. O livre mercado, seja como valor de política interna, seja como proposição de eliminar as restrições ao comércio entre os países, também está ausente. Outra política que já possuiu seu espaço mesmo entre os programas de governo das forças progressistas (na Concertacion) e atualmente não conta com adepto é a ideia de um banco central com autonomia.

4. Referências Bibliográficas

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- COMBLIN, Pe. Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- DAHL, Robert. *Poliarquia*. EDUSP: São Paulo, 1997.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias do Welfare State. *Lua Nova*, n. 24, 1991, p. 85-115.
- GAUCHET, Marcel. *La Révolution Moderne: l'avènement de la démocratie I*. Paris : Gallimard, 2007.
- HIRSCHMAN, A. *Salida, voz y lealtad: respuestas al deterioro de empresas, organizaciones y estados*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1977.
- LÓPEZ CHIRICO, Selva. *Estado y Fuerzas armadas en el Uruguay del siglo XX*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental S.R.L, 1985, p. 145-147.
- OLIVEIRA, A. N. C. Reforma política, representação e governabilidade no RS. *Carta de Conjuntura FEE*, v. 24, p. 2-2, 2015.

OLIVEIRA, A. N. C. O Partido Socialista Chileno nos 20 Anos de Concertación: mudança organizacional, concessões programáticas e crise endógena.. *Política & Sociedade (Impresso)*, v. 12, p. 115-144, 2013.

OLIVEIRA, A. N. C. Partidos e política social no Brasil e no Chile: PT e OS nas eleições e no governo. *Revista debates (UFRGS)*, v. 3, p. 39-67, 2009.

OLIVEIRA, A. N. C. Consolidação organizacional e ideologia programática em 70 partidos da América Latina (2000-2010). In: I Seminário Internacional de Ciência Política (SICP), 2015, Porto Alegre. *Anais do I Seminário Internacional de Ciência Política*. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

POGUNTKE, Thomas. WEBB, Paul. The Presidentialization of Politics in Democratic Societies: A Framework for Analysis. In: POGUNTKE, Thomas. WEBB, Paul. (org.). *The Presidentialization of Politics: A comparative Study of Modern Democracies*. New York: Oxford University, 2007. p. 01-25.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

REIS FILHO, Daniel Aarão. "Culture politique, démocratie et exil des brésiliens en France dans les années 1960 et 1970". In: Santos, I. M.-F.; Rolland, D. *L'exil brésilien en France: Histoire et imaginaire*. Paris: L'Harmattan, 2008.

REIS, Eliana. *Contestação, engajamento e militância*: da "luta contra a ditadura" à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de pós-graduação em Ciência Política (Tese de doutorado), 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa, AVRITZER, Leonardo. "Introdução: para ampliar o cânone democrático". In: Santos, B. de S.. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

SAINS, Marcelo F. Argentina : Democracia e forças armadas – entre a subordinação militar e os « defeitos » civis. In : ARAÚJO, Maria Celina de CASTRO, Celso. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro : FGV, 2000.

SINGER, Andre. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.

SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. IN: RÉMOND, Réne. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2ª Ed., 2003.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Politique(s) du conflit : De la grève à la révolution*. Paris: Presses de Sciences Po, 2008.

5. Apêndice 1 – Relação de asserções programáticas e código da Variável no Banco de Dados

ASSERÇÕES DO CAMPO DA ESQUERDA	COD	ASSERÇÕES DO CAMPO DA DIREITA	COD
Internacional: imperialismo, anti-ALCA, anti-EUA (negativo)	v.04	Comércio com Estados Unidos, Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos, América Central e República Dominicana (CAFTA)-RD, Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)	v.02
Internacional: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM): interrupção das relações (negativo)	v.06	Internacional: Diminuição das barreiras comerciais com outros países	v.03
Tributos: mais progressivos, menos regressivos	v.07	Internacional: FMI, BM: manutenção ou aumento das relações	v.05
Tributos: aumento sobre o sobre capital, riqueza, fortuna	v.08	Tributos: diminuição sobre a produção/consumo (mais investimento, emprego)	v.10
Tributos: fiscalização, combate à evasão	v.09	Tributos: diminuição sobre o capital (mais investimento e emprego)	v.11
Privatização: crítica, reversão	v.13	Privatização	v.12
Nacionalização	v.14	Nacionalização: crítica, reverter (P)	v.15
Neoliberalismo, liberalismo (negativo)	v.17	Livre mercado: valor da política interna	v.16
Socialismo	v.21	Eficiência administrativa, eficiência do governo, burocracia (pró-negócios)	v.18
Planejamento econômico: função do governo	v.27	Propriedade, garantia	v.22
Regulação do mercado: melhor funcionamento, contra cartéis, monopólios	v.28	Incentivos, subsídios: fiscais, tributários, para empresas (P)	v.24
Regulação do mercado trabalho: aumentar, proteção do trabalhador	v.29	Regulação do mercado trabalho: flexibilização relações, livre negociação	v.30
Regulação do mercado trabalho: fiscalização da aplicação das normas	v.31	Mercado financeiro, bancos privados	v.34
Regulação do mercado financeiro, capital, bancos	v.32	Participação privada em setores estratégicos (mineração, energia, recursos)	v.37
Regulação de setores estratégicos (mineração, energia, recursos naturais)	v.35	Atuação no mercado financeiro, em setores estratégicos, no setor produtivo (N)	v.40
Atuação em setores estratégicos (mineração, energia, recursos naturais)	v.36	Economia: redução ou limitação do déficit orçamentário	v.41
Dívida externa, pública: auditoria, renegociação, revisão dos contratos	v.53	Economia: superávit orçamentário	v.42
Economia: controle da inflação meta da política econômica (N) - crescimento econômico	v.55	Economia: controle da inflação, meta da política econômica	v.43
Economia: autonomia do Banco Central (N)	v.56	Economia: autonomia do Banco Central	v.44
Economia: intervenção na taxa de câmbio	v.57	Economia: corte/controle de gastos durante crises	v.45
Economia: investimento externo direto (negativo) (variável 58)	v.58	Economia: poupança pública, reservas internacionais	v.46
Economia: crescimento baseado no mercado interno	v.59	Economia: não intervenção na taxa de câmbio, moeda forte	v.47
Economia: gasto público, estímulo da demanda em crise	v.60	Economia: investimento externo direto	v.48
Economia: substituição de importações, protecionismo	v.61	Economia: livre mercado, eliminar restrições ao comércio entre países (tarifas, quotas)	v.49
Saúde: participação privada (negativo) regulação, limitação	v.65	Economia: controle, diminuição do gasto público	v.50
Educação: participação privada (N) redução, limitação, fiscalização	v.67	Economia: pagamento da dívida, respeito aos contratos, cumprimento das obrigações	v.51
Reforma agrária	v.70	Saúde: participação privada	v.64
Latifúndio (negativo)	v.71	Educação: participação privada	v.66

NOTA: Elaboração do autor com base no Banco de Asserções Programáticas.